

Imperialismo e internacionalização dos mercados Latino-Americanos nos anos 1950¹

*Fábio Antonio de Campos**

Resumo: Tendo como destaque o debate clássico sobre o imperialismo, o objetivo do artigo é mostrar a particularidade da internacionalização do mercado interno latino-americano após a Segunda Guerra, em especial o caso brasileiro, por meio do investimento direto estrangeiro (IDE). Para tanto, analisaremos a especificidade imperialista das empresas multinacionais nos anos 50 do século XX e os motivos de seu deslocamento para a América Latina. Em seguida, abordaremos as condições concretas de internacionalização produtiva e os condicionantes internos que levaram a um aprofundamento da dependência externa e do subdesenvolvimento na região.

Palavras-Chave: Imperialismo. Capital Internacional. Investimento Direto Estrangeiro. Economia latino-americana.

Imperialism and internationalization of Latin American markets in 1950 years

Abstract: According to the classical debate on imperialism, the objective of this paper is to show the particularity of the internationalization of the domestic market in Latin America after World War II, in particular the case of Brazil, through foreign direct investment (FDI). We will analyze the specificity of the imperialist multinational companies in the 50s of the twentieth century and their reasons for moving to Latin America. Next, we will discuss the concrete conditions of productive internationalization and internal conditions that led to a deepening of external dependence and underdevelopment in the region.

Keywords: Imperialism. International Capital. Foreign Direct Investment. Latin American Economy.

Classificação JEL: F23, F54, N16.

1. Introdução

O tema imperialismo renasce com a crise atual como mediação histórica necessária para entender as contradições do capitalismo no estágio presente². Reaparece também como possibilidade de reflexão para superar o modo de vida atual, refletindo novos horizontes socialistas. Também diz respeito às particularidades que emanam das diferentes economias nacionais em suas distintas relações hierarquicamente constituídas com a mundialização

* Professor doutor do Núcleo de História Econômica do Instituto de Economia - UNICAMP. E-mail: fcampos6@yahoo.com.br.

¹ Agradecemos ao apoio da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP) que possibilitou as condições financeiras para a pesquisa deste tema tanto no mestrado quanto no doutorado. Somos gratos também aos comentários de Eduardo Barros Mariutti, Fernando Henrique Lemos Rodrigues e Plínio Soares de Arruda Sampaio Jr., eximindo-os de quaisquer eventuais erros de nossa formulação.

² Alguns trabalhos recentes procuraram atualizar a relação entre a fase clássica do debate sobre o imperialismo com as teorias atuais do “novo imperialismo”, dentre eles: Amaral (2012) e Corrêa (2012). Recentemente fizemos uma reflexão sobre as questões atuais do imperialismo e seus vínculos com a formação econômica brasileira em Campos (2016).

financeira. Nesse sentido, estudar a relação do imperialismo com países de passado colonial, que se apresentam secularmente dependentes e subdesenvolvidos, torna-se tarefa imprescindível.

Ao recolocarmos o debate clássico sobre imperialismo, da transição do século XIX para o XX, reintroduzimos a tarefa de pensar um fenômeno concreto a partir de uma análise que permita ligar os elos que associam o legado de Marx (1984) aos processos de desenvolvimento imperialista subsequentes. Significa em última instância resgatar certas categorias que permitam decifrar novos objetos de pesquisa, tendo como princípio a superação da realidade imposta. Aliás, foram dessa preocupação que nasceram os estudos de Hobson (1968), Hilferding (1983), Luxemburg (1985), Kautsky (2008), Bukharin (1988) e Lênin (1979; 1986). Dentre as várias contribuições do amplo debate vivido, a relação entre as economias capitalistas centrais e as periféricas, imersas em uma complexa teia inscrita na reprodução ampliada do capital, constitui o plano mais geral desse artigo.

Muito mais como uma referência de nosso objeto, quanto da construção analítica capaz de atualizar possíveis leis de funcionamento do imperialismo, resgataremos um caso específico de articulação imperialista, cuja existência se coloca naquilo que foi chamado de industrialização pesada latino-americana após a Segunda Guerra. Ao percorrer tal caminho, apresentaremos as categorias mais gerais do imperialismo à luz da exportação de capital para a periferia, em especial o investimento direto estrangeiro (IDE) voltado à internacionalização do mercado interno latino-americano a partir dos anos 1950.

A estratégia de acumulação e de concorrência capitalista da empresa multinacional nessa fase se apresentava como uma das principais características do imperialismo, levando, inclusive, muitos estudiosos a reviver o debate clássico. A internacionalização nesse momento lastreou tanto as relações sociais de produção capitalista, o modo de implantação das forças produtivas, quanto a hierarquização das economias periféricas no novo padrão mundial de acumulação. No caso latino-americano –, em especial o mais avançado do ponto de vista do reordenamento das forças produtivas, o Brasil –, ao rearticular os nexos de subordinação com o centro capitalista, aprofundava-se o desenvolvimento capitalista em vistas a transformá-lo na principal potência industrial da região, ao mesmo tempo em que se redimensionava sua dependência externa e seu subdesenvolvimento.

Partindo de análises sobre a formação histórica brasileira, nossa interpretação tem como matriz os autores que pensaram o papel da capital internacional em economias periféricas de

origem colonial a partir da “revolução brasileira”³. Com base na influência de Prado Jr. (1957; 1966; 1970), Sodré (1997) e Fernandes (2006) é que mostraremos a relação da economia brasileira com o imperialismo. Todos eles trataram da questão da internacionalização produtiva mostrando a dependência externa e o subdesenvolvimento como dilemas cruciais de nossa formação. Também foram críticos à industrialização nos moldes cepalinos, cuja crença era de que a tecnologia estrangeira, aliada a uma determinada intervenção desenvolvimentista do Estado, criaria as condições ideais para a superação do nosso atraso civilizatório.

O Golpe de 1964 no Brasil, e em outros países latino-americanos, desnudou os limites do desenvolvimento capitalista nacional perante a associação dependente ao capital internacional, em que a crítica, por exemplo, de Guder Frank (1970; 1980) ao proferir o “desenvolvimento do subdesenvolvimento” denunciava o novo estágio imperialista em que a industrialização latino-americana fora capturada. A partir dessa senda, alguns autores como Marini (2005) e Fernandes (2006) aprimoraram a crítica ao desenvolvimentismo, mostrando como na verdade a ditadura militar era resultado de um capitalismo dependente que sobrevivia à custa da superexploração da força de trabalho. Para eles, esse capitalismo periférico não tinha como resolver as tarefas da emancipação material da maior parte da coletividade, e, por isso, o único caminho possível para superar o subdesenvolvimento seria por meio de uma revolução socialista.

Noutra dimensão, certos autores que tinham também na problemática da dependência reflexões sobre a história econômica brasileira, criticavam a vertente anterior. Autores como Cardoso e Faletto (1970), Tavares e Serra (1972) e Mello (2009), defendiam a possibilidade de conciliar desenvolvimento capitalista com dependência externa, desde que, perante a luta pela redemocratização, se criassem as condições ideais para o Estado barganhar com o capital internacional, estabelecendo os termos da associação externa a cada conjuntura internacional, a fim de garantir a endogeneização industrial com a implantação dos setores pesados.

Recentemente, numa perspectiva marxista, alguns trabalhos revisitaram o papel histórico do capital internacional na economia brasileira e sua relação com o imperialismo como as obras de Fontes (2010) e Sampaio Jr. (2009). Ademais, autores como Arend (2009), Benayon (2005), Lautert (2012), Moraes (2003) e Nonnenberg (2002), também avançaram na investigação empírica e institucional do fenômeno. Mesmo assim, acreditamos que é necessário delimitar melhor a internacionalização latino-americana dos anos 1950 e sua relação com o

³ Sobre a expressão teórica e política desse controverso tema na historiografia brasileira ver: Moraes (2001); Moraes e Royo (2000); e, Sampaio Jr. (2000). A síntese sobre o papel do capital internacional nesse momento por ser vista em Campos e Saes (2006).

imperialismo no pós-Segunda Guerra, extraindo as implicações qualitativas desse vínculo. O intuito é avançar no debate procurando nesse período relativamente curto, mas fundamental para entender a raízes de nosso capitalismo dependente, as implicações da categoria de exportação de capital introduzida por Marx (1984)⁴, a qual foi desenvolvida posteriormente pelos autores marxistas no debate sobre o imperialismo, e outros latino-americanos⁵. Dentro dessa abordagem, pretendemos definir o sentido do investimento direto estrangeiro na economia periférica, inserindo de forma mais ampla no debate sobre o imperialismo e sua relação com a particularidade da América Latina.

Em síntese, ao delimitar as principais características do imperialismo nos anos 1950, tendo a concorrência intercapitalista na América Latina, em especial sua projeção na economia brasileira, temos por objetivo apresentar um eixo analítico que consiga mostrar como a associação dos interesses de empresas multinacionais por meio da destinação à periferia de capital internacional e as forças nativas, sobretudo o chamado Estado desenvolvimentista e as burguesias internas, estabeleceram a essência da dominação. Colocar essa quadra histórica em contraste, não significa apenas adicionar mais um capítulo de exploração da economia latino-americana às forças imperialistas, mas revelar como que, ao se consumir o domínio do mercado interno e o controle estratégico dos principais centros decisórios nacionais, criou-se um novo patamar de subordinação ao imperialismo, sepultando qualquer possibilidade de reversão na fase atual do capitalismo.

Como forma de responder a tais indagações, o presente trabalho, além desta breve introdução, se inicia com uma caracterização do imperialismo em seu período clássico, para posteriormente entender sua manifestação no imediato pós-Segunda Guerra, procurando definir o padrão mundial de acumulação, a hegemonia norte-americana e o papel da empresa multinacional. Em seguida, observaremos a expansão das empresas estrangeiras à América Latina, analisando a experiência brasileira à luz de sua liderança na destinação de capital internacional, em particular o IDE. Por fim, apresentaremos algumas considerações finais.

2. Imperialismo no pós-Segunda Guerra

O imperialismo constituiu-se no final do século XIX em um fenômeno historicamente determinado como mostrou Lênin (1979). Seu traço essencial era a condição monopolista como resultante de uma fase superior do capitalismo em que tinha no capital financeiro, resultado da

⁴ Em especial, entre os capítulos 13 e 15 do Livro III, Tomo I, dessa edição citada.

⁵ Uma coletânea de textos sobre autores que estudaram o fenômeno da internacionalização produtiva na América Latina para o pós-guerra pode ser conferida em Fajnzylber (1980).

junção cartelizada entre indústrias e bancos, o elemento básico para o aprofundamento da acumulação. Fica evidente a preocupação de Lênin em investigar, a partir das leis gerais de funcionamento do capital estabelecidas por Marx (1984), e mesmo pelas contribuições de Hobson (1968) e Hilferding (1983), uma nova realidade a partir de um esquema analítico que desenhasse os novos contornos da reprodução ampliada capitalista. Imerso no acirramento da luta de classes por meio da barbárie refletida na preparação militar rumo à guerra mundial, o autor fez tal análise não como mero exercício de reflexão acadêmica sobre o capitalismo, mas como uma das tarefas inauditas de preparação teórica da classe trabalhadora para a revolução socialista. Dessa forma, o grande mérito de Lênin foi articular o diagnóstico sobre as causas e as implicações do imperialismo para a luta de classes com uma estratégia política de superação do capitalismo por meio de uma revolução dos proletariados⁶.

A partir desse fecundo debate, nossa preocupação é definir o sentido básico da exportação de capital do centro para a periferia capitalista, de forma a extrair alguns elementos que norteiem a caracterização mais geral do imperialismo no período do imediato pós-Segunda Guerra. Começando pela origem do problema, antes mesmo da teoria do imperialismo, a rivalidade capitalista, que é responsável pelo processo de concentração e centralização, leva às contradições da acumulação dentre as quais Marx nos mostra a superprodução de capital como decisiva⁷. Isso se coloca como um desafio permanente à reprodução do capital, exigindo a ampliação dos mercados para além das fronteiras originárias de extração de mais-valor para conservar a própria dinâmica de valorização capitalista.

Não nos cabe aqui mostrar todos os meandros da crítica à economia política que permitiriam identificar com precisão o alongamento da valorização capitalista como resultante

⁶ Uma síntese metodológica da teoria de imperialismo de Lênin pode ser conferida em Sampaio Jr. (2011).

⁷ A essência da questão da superprodução que pode, aliás, se manifestar em crises capitalistas, Marx (1982) a colocou nos seguintes termos: “processo total de acumulação é, em primeiro lugar, um processo de produção em excesso que responde, de um lado, ao crescimento natural da população e que, de outro serve de base imanente aos fenômenos que se manifestam nas crises. A medida desta produção em excesso é dada pelo próprio capital, pela escala existente das condições de produção e o desmedido intuito de enriquecimento e capitalização dos capitalistas: não é dado, de modo algum, pelo consumo, que é, por si mesmo, limitado, já que a maioria da população formada pela população operária, só pode ampliar seu consumo dentro dos limites muito estreitos” (p.14). (...) “Nega-se a superprodução de mercadorias e se reconhece, em troca, a superprodução de capital. Mas o capital é formado, por sua vez, por mercadorias e, quando consiste em dinheiro, tem que tornar a se converter em mercadoria de um outro tipo para poder funcionar como capital. O que significa então, superprodução de capital? Significa simplesmente superprodução de massas de valor destinadas a criar mais-valia ou, se nós ficarmos no conteúdo material, superprodução de mercadorias destinadas à reprodução, isto é, reprodução numa escala demasiada, o que equivale a dizer, simplesmente, superprodução. Visto mais de perto, isto significa, por sua vez, puro e simplesmente, que se produz muito com a finalidade do lucro, o que se destina uma grande parte do produto não a ser consumido como renda mas a produzir mais dinheiro e maior poder sobre o trabalho alheio, mais capital” (p. 66). (...) “A superprodução tem, em especial, como condição, a lei geral da produção de capital, que consiste em produzir na medida das forças produtivas, isto é, segundo a possibilidade de explorar a maior quantidade possível de trabalho com em dada quantidade de capital sem atender à limitação de mercado nem às necessidades solventes, suscetíveis de pagamento, levando a cabo a reversão constantes das rendas em capital, enquanto que, por outro lado, a massa de produtores se limita e tem necessariamente que se limitar, segundo as bases da produção capitalista, à média marcada pelas necessidades” (p.67).

da necessidade de conservar o valor. No entanto, é legítimo frisar que o ponto de partida está na força motriz do modo de produção capitalista que se circunscreve sempre a uma luta sem trégua pela acumulação. Segundo Marx, a produção capitalista em sua lógica de reprodução ampliada, além de produzir mercadorias e mais-valor, produz e reproduz as relações capitalistas em seu conjunto: de um lado, os capitalistas incrustados na lógica de concorrência; de outro, os assalariados expostos à contínua exploração do trabalho. Em face do aprofundamento da relação capital/trabalho, a dinâmica se estabelece, então, por apresentar ao mesmo tempo a concorrência intercapitalista que exacerba a concentração e centralização de capital levando -, por uma crescente socialização da produção -, a um estágio de superprodução; de outro, por um acirramento da luta de classes, cuja necessidade de expansão em busca de mais-valor se revela pela fúria do capital em manter o ritmo acelerado de valorização a qualquer preço. A concorrência intercapitalista e o aumento da exploração do trabalho humano são dessa forma peças fundamentais que integram e dão vida a engrenagem do sistema, mas que só se movem aprofundando a contradição máxima do capital que é negar aquilo que lhe dá valor, ou seja, a força de trabalho⁸.

O tema imperialismo surge como desdobramento desse dilema. Senão vejamos. O imperialismo, a despeito de não pertencer ao núcleo teórico presente na obra de Marx, a sua análise sobre a intensificação da concorrência capitalista, que tem na expansão econômica internacional um fator contrariante na tendência à queda da taxa de lucro, permite esboçar a sua gênese no próprio modo de produção capitalista e não fora dele como advogavam alguns⁹. Mesmo que Marx não tenha desenvolvido uma teoria sobre o imperialismo, estabeleceu as pistas para os estudiosos fazerem as conexões necessárias para cada período histórico. Na análise de Brown (1974) foi enfatizado como praticamente todas as teorias marxistas do imperialismo partiram das tendências contrárias à queda da taxa de lucro. No entanto, o autor vai além, pois procura aprofundar essa premissa, apresentando a seguinte hipótese: uma das tendências contrárias, longe de ser episódica, tornou-se em si mesma subjacente à acumulação capitalista nos diversos tempos do imperialismo. Nesse caso, a chamada exportação de capital, ao invés de ser a exceção, tornou-se a regra que percorre a origem do imperialismo até os tempos atuais.

⁸ Ver especialmente o capítulo 23 do livro I, em Marx (1984).

⁹ Alguns autores que procuravam reformar o capitalismo identificaram o fenômeno do imperialismo muito mais como algo estranho e exógeno à lógica capitalista, quanto uma necessidade do processo de acumulação. Para eles, características do passado como laços senhoriais, mercantilismo e atavismos diversos oriundos da nobreza, eram as chaves para decifrar o imperialismo. Dentre alguns, destacamos: Kautsky (2008); Hobson (1968); e, Schumpeter (1961). Sínteses críticas sobre o enquadramento teórico desses autores podem ser encontradas em Altvater (1987), Silva (2003) e Mariutti (2013).

Assumindo essa assertiva para transitarmos do final do século XIX até o imediato pós-Segunda Guerra, é necessário notar que os condicionantes históricos erigidos com a Grande Depressão em 1873, as políticas econômicas protecionistas norte-americanas, os inovadores padrões de financiamento, tanto deste país quanto do governo prussiano, bem como as economias de guerra que pavimentavam a nova partilha imperial entre países do centro capitalista e os espaços periféricos, exigiram a extrapolação da valorização por meio da exportação de capital. Entendidas também como empréstimos externos e investimento direto ou de portfólio, a exportação de capital tornou-se, não por acaso, um dos temas centrais nas abordagens de Hilferding (1983), Luxemburg (1985), Bukharin (1988) e Lênin (1979).

Por meio da investigação de vários estudos empíricos sobre os fluxos de bens e capitais, Lênin (1986), por exemplo, avaliou a interpenetração das várias modalidades de exportações de capitais para assegurar o domínio das regiões hospedeiras pelos “trustes internacionais”, cujas exportações de mercadorias eram “casadas” com os empréstimos e os investimentos de carteira e diretos (IDE). Tudo isso assegurava uma rede de oportunidades de lucratividade para o capital que pelo controle financeiro se mantinha também a unidade. Tal movimento representou a própria ampliação da valorização capitalista, em que praticamente o mercado interno de origem das grandes potências imperialistas se prolongava para as regiões periféricas de destino. Lênin mostrou que tal domínio se realizava basicamente por transformar as regiões hospedeiras em meros fornecedores de matéria-prima e de mercados para o consumo e para os investimentos estrangeiros.

Os elos que ligam a reprodução ampliada do capital por meio das exportações de bens e investimentos já estabelecem em pleno final do século XIX a anatomia do que conhecemos hoje com uma economia mundial, cuja acepção de Bukharin (1988) a conceitualiza como um sistema de relações de produção e de relações de troca intercambiáveis que abrangem a “totalidade do mundo”. Essa integração imperialista por meio de um espaço mundial não anula, todavia, a escala nacional, que para o autor é funcional ao sistema. Ao discutir a natureza da cartelização nacional da indústria, Bukharin (1988) mostra como é precisamente neste íterim que ocorre um dos principais fatores de aglomeração nacional do capital. O Estado serve como base de ação internacional dos trustes, permitindo que a economia mundial se apresente como um corpo organizado e coerente entre grandes potências capitalistas e a periferia. Assim, o nacionalismo nos países centrais seria uma condição ao monopólio nos termos que Lênin (1986)

também salientou, garantindo o trânsito internacional para a acumulação¹⁰. Ao passo que na periferia, o nacionalismo, da mesma forma que modernizava as relações sociais arcaicas, acirrava suas contradições podendo gerar inúmeras sublevações ou até mesmo disputas antiimperialistas, como bem mostrou Luxemburg (1985).

Como seria possível pensar essa transição nas primeiras décadas do pós-Segunda Guerra, tendo presente uma novo padrão mundial de acumulação que carrega consigo tanto os clássicos determinantes da análise do imperialismo, quanto os novos? Como definir dentro desse padrão os nexos orgânicos que recolocam os espaços econômicos periféricos subordinados aos centros capitalistas perante a necessidade de valorização capitalista constante?

Para responder a tais questões obviamente temos que ter presente as categorias de análise do imperialismo, mesmo sabendo que apenas elas não são suficientes, uma vez que foram construídas numa realidade histórica distinta, obedecendo a mediações particulares do período. Não obstante, é possível sumarizar os seguintes pressupostos:

1) Centradas sobretudo na relação capital/trabalho, a concorrência intercapitalista constitui-se no dínamo que impulsiona as contradições capitalistas, se colocando por meio da ampliação internacional dos mercados internos num estágio superior;

2) Mais do que uma resposta episódica e contrariante à tendencial queda na taxa de lucro, a exportação de capital torna-se desde a “fase superior do capitalismo” a forma usual de reproduzir os interesses concretos de valorização capitalista;

3) Em face a uma interpenetração de interesses e estratégias de acumulação, as diferentes modalidades de capitais exportados são múltiplas dimensões de um todo articulado em nome da valorização capitalista;

4) Mesmo que a economia mundial alinhava estas teias que interligam fluxos e estoques de diferentes capitais, ela não se resolve por um conluio capitalista garantidor da harmonia dos interesses capitalistas ou caudatários de um “concerto de nações”, mas no seu contrário, visto que exacerba a rivalidade imperialista;

¹⁰ Segundo Nicolai Bukharin (1988, p.114) “temos aí, na realidade, o resultado dos interesses e da ideologia do capitalismo financeiro, o qual, infiltrando-se na economia mundial por todos os seus poros, cria, ao mesmo tempo, uma violenta tendência ao isolamento dos corpos nacionais à formação de um sistema econômico auto-suficiente, visando a consolidar seu monopólio. Paralelamente, portanto, à internacionalização da economia e do capital verifica-se um processo de aglutinação nacional, de nacionalização do capital, pleno de conseqüências. O processo de nacionalização do capital, isto é, de criação de corpos econômicos homogêneos, encerrados nas fronteiras nacionais e refratários uns aos outros, é igualmente estimulado pelas transformações ocorridas nas três esferas da economia mundial: as dos mercados consumidores, a das fontes de matérias primas e a dos investimentos de capital”.

5) A rivalidade imperialista sempre se reproduz por uma junção entre concorrências intercapitalistas e inter estatais que se traduzem em rivalidades nacionais, visto que a escala de um vasto conjunto de países sustenta o acesso internacional, tanto de fornecedores descentralizados internacionalmente, quanto de mercados para bens de produção e de consumo, além de investimentos produtivos fora do mercado de origem.

6) Tendo o espaço internacional sido construído para a reprodução da valorização capitalista de forma permanente, a liberdade de ir e vir do capital representada pelos fluxos financeiros, só poderá ser garantida pelo exercício de sua mobilidade, mesmo que seja necessário o uso da violência militar, a imposição de um padrão monetário, as dominações cultural e política, ou de qualquer outra natureza estatal para a defesa do espaço imperial privado, rivalizando-se nas diversas oportunidades de lucro.

Os marcos históricos no limiar do século XX, do mesmo modo que foram resultado da rivalidade imperialista colocada nos termos acima –, tal como as duas guerras mundiais intermediadas pela maior crise do sistema, bem como a construção do “socialismo real” que se desenvolveu como efetiva alternativa ao mundo capitalista –, serviram para metamorfosear o padrão mundial de acumulação e impor novos desafios à interpretação do imperialismo. Assim, qualquer análise que queira estabelecer os parâmetros essenciais da expansão imperialista no imediato pós-Segunda Guerra tem que se ater, por um lado, ao novo padrão mundial de acumulação como um desdobramento da hegemonia norte-americana e do papel de sua grande empresa. Por outro lado, as relações geopolíticas que compreendem as forças capitalistas e a periferia, bem como a influência da União Soviética na escolha do tipo de manejo defensivo da ordem capitalista, apresentam-se como a linha mestra de uma possível reflexão¹¹.

Diante da missão de explicar o imperialismo do pós-guerra, Magdoff (1972) traçou suas principais características comparando à época de Lênin (1979)¹². Para o autor, se antes na relação entre nações e empresas havia grandes corporações concorrendo em uma determinada economia, nessa nova fase existiam sociedades capitalistas gigantes que entraram em concorrência em cada indústria. Em segundo lugar, o desenvolvimento dos poderes tecnológicos e financeiros nos termos da Segunda Revolução Industrial recolocou o estágio imperialista em um novo patamar, parindo um território global de disputas verdadeiramente internacionais. No entanto, o controle desses mesmos poderes se estabeleceu por escalas

¹¹ A especificidade do imperialismo na fase de construção da hegemonia norte-americana e seu sentido diante da Guerra-Fria podem se constatar em Fernandes (2006), Gramsci (2007) e Hobsbawm (1988; 1998).

¹² Autores como Baran (1984), Sweezy (1983) e Baran e Sweezy (1974) deslocaram essa temática para um problema de realização do excedente. Outros como Mandel (1985) para relação do imperialismo com as forças estatais e militares.

nacionais que projetaram a concorrência imperialista nos espaços periféricos, garantindo o domínio de mercados internos por nexos de dominação os quais as exportações de capitais lhes davam sentido. Vale ressaltar que a conquista do espaço de valorização periférico resultou, sobretudo, na junção de interesses geopolíticos das potências capitalistas e as estratégias de rentabilidade de suas corporações multinacionais.

O fiador dessa ordem imperial em expansão foram os EUA, mostrando-se como principal articulador econômico, político e militar diante da possível ampliação do socialismo no mundo ocidental¹³. Para Magdoff (1972), a posição dos EUA foi muito mais orgânica nessa fase do imperialismo do que aquela em que ocupou a hegemonia britânica no fim do século XIX. A particularidade da hegemonia norte-americana se inscreveu na forma que organizou e estabeleceu o poder naquilo que o autor denominou de “rede imperialista”. O padrão de domínio norte-americano se consubstanciou por antigas e novas estratégias, dentre as quais se destacou a força militar que percorreu o mundo, permitindo principalmente auxílios a governos contrarrevolucionários; o poder de impor compensações monetárias por meio do dólar; o controle dos órgãos multilaterais que ditavam as normas do espaço de acumulação; bem como, a difusão de valores políticos e culturais tipicamente capitalistas; mas, sobretudo, o papel de disseminar assimetricamente o padrão de consumo, internacionalizando mercados por meio de suas empresas multinacionais. O peso relativo dos EUA como maior exportador de capital a partir do pós-guerra fica evidente abaixo:

Tabela 1: Investimentos no Estrangeiro dos Principais Países Exportadores de Capital (Porcentagem)

	1914	1930	1960
EUA	6,3	35,3	59,1
Reino Unido	50,3	43,8	24,5
França	22,2	8,4	4,7
Alemanha	17,3	2,6	1,1
Países Baixos	3,1	5,5	4,2
Suécia	0,3	1,3	0,9
Canadá	0,5	3,1	5,5
Total	100	100	100

Fonte: Magdoff (1972).

O IDE como uma modalidade fundamental de exportação de capital para caracterizar o imperialismo nesse momento, será o foco de nossa exposição a seguir. A expansão da grande

¹³ Tal como observou Magdoff (1972), ao fim da Segunda Guerra, os EUA eram responsáveis por cerca de metade da produção industrial mundial, e detinham por volta de dois terços das reservas de ouro mundiais. Os EUA também eram os destinadores de mais da metade dos investimentos internacionais no mundo, superando a histórica liderança do Reino Unido.

empresa norte-americana via IDE e seu confronto no espaço europeu com as empresas congêneres constituíram a um só tempo a cooperação da “rede imperialista” em que o Estado norte-americano manteve sua força de aglutinação em nome da causa capitalista, mas também se converteu em seu oposto, visto que a rivalidade que emanou pelo confronto entre as empresas multinacionais nesta quadra, recolocou o estágio imperialista em intensas disputas concorrenciais. Desse modo, acreditamos que para entender o papel do IDE neste novo padrão mundial de acumulação, e dele extrair os principais argumentos que contextualizam a América Latina, sejam importantes diferenciar as formas de conquistas de seus mercados internos.

Começamos, então, por definir o que significa esse novo padrão mundial de acumulação e sua relação com o IDE, legitimando uma nova era imperialista. Em síntese, podemos analisar um padrão mundial de acumulação como um arranjo entre determinado regime monetário internacional, as regras para a circulação de bens e capitais e uma política condizente com os interesses da potência hegemônica. Assim, o padrão mundial de acumulação que se desenvolveu no pós-Segunda Guerra se constituiu basicamente na relação entre o planejamento estatal e a expansão da grande empresa norte-americana. Passadas décadas de bloqueio da circulação de bens e capitais, motivada pela grande depressão, e a devastação das estruturas produtivas das economias centrais, cujos desdobramentos fizeram erigir uma crítica ao liberalismo desregulado, os EUA se colocaram como verdadeiro líder no sistema capitalista, sem oposição das outras economias ocidentais. Como bem mostrou Gilpin (1975), o IDE norte-americano, além de reconstruir as economias destruídas pela Guerra, exportou um tipo de internacionalização que deu maior organicidade ao capitalismo, assim como facilitou a difusão de um típico projeto estado-unidense de influência global por outros Estados associados a ele.

O IDE foi primordial para desobstruir os limites à construção da “rede imperialista” emanada por Washington. No entanto, não devemos aqui confundir a saída fácil que muitos incorrem em achar que existia uma aliança imediata entre os interesses da grande empresa norte-americana, sobretudo a indústria de transformação, com a estratégia de política externa do Estado norte-americano. Entender os meandros do imperialismo significa fugir de certos automatismos, visto que a estagnação do mercado interno norte-americano como observou Brenner (2003), responsável pelo declínio das taxas de lucro dos setores privados e pela queda na acumulação de capital como um todo, ajuda compreender melhor a opção por investimento direto no exterior ao invés de exportações de bens finais¹⁴. Basta lembrar que a maioria das

Para o autor, nos EUA, “capital fixo já existente, já pago – ou empatado - desencorajava mais acumulação de capital, porque possibilitava às empresas utilizarem, livres de custo, suas instalações e maquinarias, desde que pudessem atingir ao menos a taxa média de lucro sobre os gastos de capital variável (salários, matérias-primas e bens intermediários) necessária para

destinações líquidas de ajuda à Europa tinha grandes oposições internas, com dificuldade de serem aceitas no Congresso norte-americano. Desse modo, é necessário enfatizar que a estratégia de expansão da empresa multinacional norte-americana se encaixa perfeitamente aos interesses imediatos de reconstrução europeia para combater o “socialismo real” –, segundo as prerrogativas do Departamento de Estado –, devido muito mais às restrições impostas pela desaceleração no ritmo de acumulação norte-americana, quanto da possível pressão estatal para forçar seu capital privado defender honrosamente uma geopolítica favorável (Gilpin, 1975).

Um exemplo de mesma natureza ocorreu na tentativa de liberalização do comércio e de capitais conforme as primeiras versões do Acordo de Bretton Woods. Segundo Gilpin (1975), ainda que tivesse passado por uma ampla discussão interna nos EUA e com a oposição dos setores “isolacionistas”, criaram-se critérios liberais de não discriminação, reciprocidade e princípio da nação mais favorecida sintetizados no GATT¹⁵. Essa estratégia, porém, teve que ser reavaliada, uma vez que as frágeis condições que apresentavam as economias europeia e japonesa exigiam um pragmatismo maior dos EUA na manutenção da ordem capitalista nessas regiões. O problema da “escassez de dólares” para reativar a circulação de capitais e mercadorias fez com que fossem desrespeitadas as principais pautas de conduta do GATT, todas elas marcadamente liberais.

A confecção da “teia imperialista” ou a consolidação de um “imperialismo informal” como sugeriu Panitch e Gindin (2006) exigia uma espécie de associação entre os Estados capitalistas, cuja força norte-americana se apresentava como núcleo central de defesa e consciência de classe burguesa na disputa de influência geopolítica com a URSS. As restrições que eram superadas também significavam que a salvaguarda do sistema dependeria da solidariedade do *hegemon* com o desenvolvimento dos Estados nacionais das principais potências capitalistas que, por sua vez, ao reconstruírem suas forças produtivas internas, garantiriam a expansão de todo o padrão mundial de acumulação.

Com o intuito de ampliar e dar rigor à cooperação entre as burguesias centrais, o Plano Marshall e a Organização Militar do Atlântico-Norte (OTAN) se constituíram em uma expressiva destinação de recursos líquidos norte-americanos para tal fim, tendo como contrapartida a penetração da corporação norte-americana, sobretudo, do setor de bens de consumo duráveis na Europa Ocidental, atrelando aos setores de bens de capital europeus,

movimentar esse capital fixo. [...] O tamanho relativamente reduzido do ‘exército de reserva de desempregados’ americano nas áreas rurais e nos negócios de família de quadro pessoal tradicionalmente sobrecarregado abriu o caminho para que o crescimento do emprego elevasse os salários com relativa rapidez, pois a demanda de mão-de-obra assim gerada era incapaz de provocar um aumento suficiente na oferta” (Brenner, 2003, p.50).

¹⁵ *General Agreement on Tariffs and Trade*.

principalmente alemães (Block, 1987). No Japão, tendo em vista a controversa posição no continente asiático animada pela proximidade soviética, mais uma vez os EUA se valeram do seu pragmatismo, permitindo que a economia japonesa se desenvolvesse por seus próprios meios, sem IDE norte-americano, mas com forte injeção de liquidez e agressivas discriminações contra as importações de produtos norte-americanos.

O principal reflexo da maturação das políticas de apoio norte-americanas aos capitalismos europeus, articuladas à própria estratégia de expansão de sua empresa multinacional por meio do IDE, ao mesmo tempo em que delimitou uma vasta teia de interesses numa espécie de cooperação transnacional, recriou a concorrência imperialista em novas bases, agora em território europeu e encarnada na própria recuperação das corporações europeias, em especial as alemãs. Assim, uma vez recuperadas as forças produtivas europeias, as estratégias de suas empresas seguiram o caminho norte-americano, exportando plataformas de produção para a periferia e, no final dos anos 1970, para os próprios EUA¹⁶. Esse movimento trouxe o fortalecimento das empresas multinacionais europeias, que agora impunham ao rival uma superioridade tecnológica e administrativa (Coutinho, 1975). Articulada às próprias condições intrínsecas da concorrência imperialista, essa recuperação replicou uma reorganização produtiva patrocinada pelo planejamento estatal similar ao norte-americano. O resultado foi simultaneamente a maturação de uma nova estrutura produtiva e o aumento dos limites para a continuidade de sua valorização em um espaço reduzido geograficamente num estoque de capital dado. A contradição, entre um intenso potencial de acumulação das empresas europeias e norte-americanas conquistados no processo de consolidação do mercado comum europeu perante as vicissitudes da Guerra Fria, associado a uma limitada capacidade de viabilizar a valorização dos investimentos das economias centrais, só poderia ser resolvida pela conquista dos mercados internos periféricos por meio da exportação de capital.

O novo processo imperialista que se abriu nesse momento em direção à periferia tem na internacionalização industrial por meio de investimentos diretos sua principal razão de ser. Como veremos a seguir, a América Latina foi nessa fase a região escolhida no cálculo global para a transposição concorrencial entre a corporação norte-americana e a empresa europeia, no que seria identificado como o “desafio europeu” confrontando os EUA em sua área cativa de influência. Os capitais das economias imperiais transferidos à periferia ajudariam a completar o “subsistema afiliado” de modo a retroalimentar o circuito de reprodução ampliada do capital (Coutinho, 1977). No entanto, uma distinção essencial nessa fase de internacionalização

¹⁶ Sobre esse tema ver Hymer e Rowthorn (1973) e Rodan (1969).

periférica será sua impossibilidade de usufruir nos mesmos termos das economias de desenvolvimento capitalista tardio do século XIX, tais como a Alemanha e EUA, que com auxílio de investimentos ingleses constituíram sua própria indústria pesada. Nas economias latino-americanas, mesmo as mais importantes que conseguiriam se industrializar, fariam isso tuteladas pelo capital monopolista em sua fase madura, cuja conquista imperialista se impunha exportando capital de forma distinta do período que antecede a Segunda Revolução Industrial¹⁷.

3. Imperialismo na América Latina

Uma vez tratadas as características que definem o padrão mundial de acumulação nesse estágio imperialista e o papel do IDE para a construção dessa articulação estrutural entre as burguesias centrais e as razões que exacerbam a concorrência, chega o momento de analisarmos essa dimensão nos espaços periféricos. Mais do que um mero efeito refratário do imperialismo do pós-guerra, o tipo de ampliação da valorização capitalista que atinge o espaço periférico nesse momento, qualifica o estágio imperialista como um todo. Para tanto, nossa tarefa a seguir será mostrar os determinantes do IDE como ação imperialista nessa fase, tendo por base a internacionalização dos mercados internos latino-americanos com atenção ao caso brasileiro.

O descolamento das plantas produtivas das economias centrais, assim como a replicação de novas estruturas capitalistas organizacionais voltadas a uma particular disputa intercapitalista, demarcou o campo analítico de Hymer (1983). Segundo o autor, a essência desse processo se constituiu na ampliação diferenciada dos níveis de controle da empresa multinacional sob os mercados periféricos. Tal controle permitiu a realização de lucros tendo como meta a crescente saturação dos mercados via oferta de produtos para uma determinada demanda corrente e futura. Uma forma avançada de garantir tal conquista foi a descentralização industrial, mantendo inalterada a centralização da gestão estratégica (tecnologia e finanças). A disputa por espaços econômicos nacionais que garantissem tal privilégio criou sincronicamente uma unidade com as burguesias internas dos países hospedeiros e uma disputa concorrencial entre as empresas multinacionais das burguesias centrais.

Para Hymer (1983), as formas de organização internacional das corporações impunham um bloqueio à possibilidade dos centros internos de decisão dos países periféricos manejarem sua política econômica conforme suas próprias necessidades, uma vez que tanto a gestão macroeconômica, especialmente no que tange câmbio, política fiscal e política monetária,

¹⁷ Essa questão aparece de forma seminal em Hilferding (1983), interpretada em nosso recente trabalho (Campos; Sabadini, 2014).

quanto à legislação específica para investimentos internacionais, ficavam reféns da lógica de valorização. A ação era traçada do vértice das estruturas industriais multinacionais que tomavam decisões sempre em termos relativos, mediante amplo leque de países potenciais a remunerar suas apostas. Desse modo, o IDE tornou-se um alvo preciso, isto é, uma arma do amplo arsenal imperialista que garantiu a posição oligopolista nos mercados internos integrados multinacionalmente. Através do IDE, solidificou-se a posição oligopolista, sancionando a diferenciação contínua dos produtos industrializados, em grande parte bens de consumo duráveis voltados para a faixa de renda mais enriquecida da população. O saldo desse processo se revelou muito mais pelos meios de valorização da corporação internacional, quanto pelas necessidades históricas intrínsecas aos espaços econômicos nacionais periféricos.

Ao traçar uma linha entre Marx (1984), Hilferding (1983), Lênin (1979), Bukharin (1988), e o próprio Hymer (1983), Michalet (1983) aprofundou essa noção de valorização capitalista por meio do IDE, tendo como referência a ampliação geográfica de geração do mais-valor nos termos da industrialização do pós-guerra. Para o autor, a formação de valor descentralizada simbolizou a principal característica da internacionalização do processo produtivo nesta fase. Em outras palavras, a natureza básica do imperialismo do pós-guerra foi um processo de duplicação do lugar de criação de valor dos países capitalistas maduros para os de capitalismo subdesenvolvidos. A desigualdade entre estes diferentes espaços de acumulação refletiria a própria diferenciação das taxas de mais-valor. Em síntese, a “multinacionalização”, como forma de transferência espacial de geração de mais-valor, foi determinada por um duplo sentido: numa mesma composição orgânica do capital, a reprodução da planta produtiva originária de criação de valor deslocou parte de suas atividades para áreas em que a taxa de mais-valor era maior; por outro lado, o controle da propriedade foi complexamente determinado ao se vincular a um território de estágio mais avançado na acumulação capitalista.

Na maneira de delimitar os vínculos fundamentais que organizavam a acumulação entre o centro e a periferia por meio do IDE, Michalet (1983) salientou que esse estágio imperialista do pós-guerra, donde a centralização de capital necessitou dilatar seu próprio espaço de valorização, mais do que a mera exportação de capital-dinheiro, permitiu o aumento em escala mundial da exportação de uma relação social que tinha na empresa multinacional sua base, na qual se multiplicava a potencialidade de exploração da força de trabalho. Assim, a duplicação de lugar de criação de valor revelou uma nova fase que aprofundou as contradições de todo o modo de produção capitalista, tal como enunciadas por Marx (1984). Uma vez disseminado a

partir dos anos 1950, o controle dos mercados periféricos pelo capital internacional garantiu o repatriamento de lucros num espaço mundializado e que exigia como pré-requisito condições institucionais mínimas para a sua mobilidade. As múltiplas transferências de remessas de lucro intra-corporação, necessitavam de uma via comum para denominar a riqueza gerada na periferia, no caso, as moedas de curso internacional, cumprindo a conexão da geração e realização do valor por meio do entrosamento matriz-filial. Em suma, a internacionalização dos mercados internos periféricos consistiu para Michalet (1983) em um dos tempos da “mundialização da relação social de produção e das forças produtivas”, cujo sintoma mais nítido do fenômeno foi a passagem da dominação formal, antes exercida por exportações de matérias-primas e importações de bens de luxo, para a dominação real por meio da implantação da indústria pesada.

A partir dessa descentralização das relações de geração de valor das economias centrais à periferia por meio de suas empresas, como é possível observar o fenômeno na América Latina? Por que tal continente se destacou como um dos prediletos no espaço de concorrência imperialista, e nele, o mercado interno brasileiro ocupou maior proeminência? Dessa exportação de capital circunscrita à particularidade histórica, por que longe dela viabilizar as condições para um desenvolvimento capitalista relativamente autônomo, como os capitais ingleses permitiram aos EUA, Alemanha e Japão no século XIX, elas aprofundaram a dependência e o subdesenvolvimento das economias latino-americanas?

Para refletir tais questões, será necessário enquadrarmos a internacionalização industrial rumo às economias latino-americanas. A começar pela razão de escolha dessa região para investir, temos que ter claro que a internacionalização foi realizada tanto por corporações norte-americanas quanto por empresas europeias. Dentre as regiões periféricas possíveis (Ásia, África e Oriente Médio), a América Latina ocupou quase $\frac{3}{4}$ do destino do IDE, como podemos observar na Tabela 2 – em 1967, seu estoque já ultrapassava os 18 bilhões de dólares. Essa descentralização produtiva, que manteve centralizados os controles financeiros e tecnológicos, teve na América Latina uma particularidade. Embora o predomínio do IDE norte-americano fosse quantitativamente superior, resultado de sua penetração no continente desde o limiar do século XX, o caráter setorial de seu influxo revela condicionantes qualitativos.

Tabela 2: Estoque Mundial de Investimento Direto Estrangeiro
(1967 - US\$ Milhões)

Destino	Total	Origem		
		EUA	Europa	Japão e outros
América Latina	18.449,3	11.776,6	6.268,0	404,7
África	6.591,1	1.371,2	5.206,1	13,6
Ásia	4.991,5	1.776,5	3.018,6	196,4
Oriente Médio	3.102,7	1.779,0	1.238,7	85,0
Países subdesenvolvidos	33.134,5	16.703,9	15.731,5	699,7
Países desenvolvidos	72.129,5	39.860,7	23.768,5	8.500,3
Total	105.264,0	56.564,6	39.500,0	9.200,0

Fonte: Sourrouille (1984).

A maior parte de sua penetração estava atrelada a setores de exploração em recursos naturais, visto que os produtos manufaturados norte-americanos muitas vezes eram apenas montados e depois comercializados na América Latina, sem serem produzidos internamente (Tabela 3). Neste ponto, a vinda dos capitais europeus para criar plataformas de produção, liderados pelos IDEs alemães, teria um papel relevante para estimular as corporações norte-americanas a reafirmarem sua hegemonia na região. Analisando empiricamente o caso brasileiro, Moniz Bandeira (1978) nos indica os termos de tal concorrência imperialista, tendo a periferia como projeção.

Tabela 3: Investimento Direto Estrangeiro Norte-Americano – Setor e Destino
(1967 - US\$ Milhões)

Países	Setores de Manufaturados						Total
	Alimentos	Química	Metais	Maquinaria	Transporte	Outros	
Brasil	58	99	28	142	104	172	603
México	109	268	95	188	114	211	985
Argentina	58	139	30	81	121	107	536
Venezuela	24	68	14	28	s/d	s/d	288
Panamá	3	24	s/d	-	-	9	48
Peru	40	22	9	-	s/d	s/d	140
Colômbia	16	73	s/d	25	s/d	77	191
Chile	10	15	6	3	3	19	56

Fonte: Sourrouille (1984)

Para Bandeira (1978), as corporações alemãs do setor manufatureiro, num momento em que a maturação do seu mercado interno de origem atingiu o auge de potencialidade de acumulação, buscaram no Brasil de Kubitschek (1956-61) uma forma de resistir à concorrência do capital norte-americano, defendendo melhores condições de rentabilidade futura. A reação das empresas norte-americanas, por sua vez, foi confrontar o rival no mesmo espaço de disputa por valorização capitalista. Não será por outro motivo que após o Golpe Militar de 1964 a liderança dos IDEs em manufaturados terá como origem patrimonial os EUA. Na mesma

direção, Luciano Martins (1975) mostrou que no setor manufatureiro os IDEs europeus na América Latina durante essa fase representavam 56% do total dos investimentos totais na região, ao passo que os IDEs dos EUA não chegavam a 41%¹⁸. Mesmo assim, alertamos que a precariedade dos dados sobre IDEs europeus nessa fase, diferentemente das fontes norte-americanas, prejudica o entendimento mais aprofundado sobre o confronto dessas estratégias oligopolísticas na América Latina.

Dentre alguns condicionantes externos que permitem compreender os motivos pelos quais o capital internacional preferiu instalar-se nessa região, destacamos os seguintes:

1) As empresas multinacionais no setor de matérias-primas que procuravam o Oriente Médio sofreram um recuo com a queda dos preços internacionais das *commodities*, não sendo substituídas pelas do setor de manufaturados, visto que estas não encontravam nessas regiões uma infra-estrutura mínima e um mercado consumidor potencial capazes de sustentar suas atividades, como havia na América Latina (Naciones Unidas, 1964; 1973; Sourrouille, 1984).

2) Outra razão da preferência pelos mercados latino-americanos foi a posição de hostilidade ao IDE por parte do socialismo no leste europeu e na Ásia – além do processo de descolonização na Ásia e na África, havia também as fortes restrições ao ingresso de capital internacional no Japão (Brown, 1974; Gilpin, 1975);

3) Do ângulo das organizações oligopolistas, o deslocamento de suas estruturas industriais para a América Latina tornava-se mais compatível à defesa de posições estratégicas e à consolidação de mercados que já eram explorados comercialmente (Fajnzylber, 1971).

Com exceção da Venezuela, que liderava os estoques de investimentos externos no continente em virtude da exploração de petróleo pelos EUA, Argentina, Brasil e México foram os mais atraentes, como pode ser visto na Tabela 4. Para esses três países, o IDE veio com o objetivo de criar mercados para seu oligopólio manufatureiro, constituindo-se numa

¹⁸Para situar esses dados, o autor citou a experiência brasileira de internacionalização na indústria automobilística, que ilustra os parâmetros da rivalidade oligopolística no espaço periférico: “quando o Brasil decidiu promover a implantação da indústria automobilística em seu território, na década de 50, os três maiores produtores americanos (General Motors, Ford e Chrysler) já dispunham de linha de montagens e instalações comerciais no país. Todos três foram insistentemente solicitados pelo Governo brasileiro a aceitarem o programa de substituição de importações. Todos três, também insistentemente, recusaram a idéia de fabricar veículos e autopeças no país, sendo que a Ford chegou mesmo a argumentar que era tecnicamente impossível fundir motores em países de ‘clima tropical’. Deixando a defesa de Berlim (e parte do mercado alemão, naturalmente) aos cuidados norte-americanos, os produtores alemães, sob a liderança da Daimler-Benz e da Auto Union, logo seguidas pela Volkswagen, aceitaram a proposta brasileira e estabeleceram uma cabeça de ponte na América Latina que se revela agora altamente rentável. As empresas americanas só se instalaram no Brasil, como produtores, seis anos depois de iniciado o programa e pagaram por esta reação retardada o preço de verem mais da metade do mercado brasileiro de automóveis sob controle da Volkswagen. Se, de um lado, esse caso é revelador da estratégia global européia (evitar a confrontação e explorar, onde for possível, mercados negligenciados ou de acesso vedado à empresas americanas por razões políticas), de outro, o poderio das multinacionais americanas faz com que, mesmo a partir de uma reação retardada, possam restabelecer em tais mercados o equilíbrio oligopólico. Com efeito, já nos primeiros anos da década de 70, as três empresas principais (Volkswagen, General Motors e Ford) repartiam entre si o controle de 95% do mercado brasileiro de automóveis. A indústria química parece revelar um padrão semelhante” (Martins, 1975, pp.119-8).

industrialização pesada – de encadeamentos e adensamentos produtivos complexos – e impondo-se como a parte mais dinâmica dessas economias, capaz de alavancar em companhia das empresas estatais todos os outros ramos de atividades econômicas. As filiais estrangeiras migraram, dessa forma, para regiões com elevados potenciais de formação de valor, difundindo as relações produtivas do capitalismo originário, sem abrir mão, entretanto, de decisões estratégicas responsáveis pela realização desse mesmo valor, tal como vimos anteriormente em Michalet (1983). Para tanto, tais oligopólios internacionais exigiam, além de um marco institucional relativamente liberal para suas transferências externas de capitais, um regime cambial capaz de facilitar a importação de bens de capital e de saldar suas obrigações financeiras com as matrizes. Exigiam também proteção tarifária e o controle das importações de bens de consumos similares aos produzidos internamente como forma de conquistarem reservas de mercado; e ainda buscavam capitais líquidos internos a taxas de juros reduzidas, com amortizações alongadas nos bancos comerciais locais. Estiveram presentes tais características pelo menos nas três maiores economias do continente, funcionando como instrumentos ajustados ao ciclo de penetração de capitais internacionais, sendo o Brasil o que mais recebeu IDE nas décadas de 1950 e 60 (Campos, 2009; 2015).

Tabela 4: Investimento Direto Estrangeiro na América Latina
(US\$ Milhões, preços correntes)

Países	1946-50	1951-55	1956-60	Total Geral
Argentina	-113,8	15,8	828,8	730,8
Bolívia	0,2	3,6	66,2	70,0
Brasil	219,6	350,0	743,0	1.312,6
Colômbia	98,9	12,2	18,7	129,8
Costa Rica	20,9	7,4	15,9	44,2
Chile	41,5	93,9	208,3	343,7
Equador	27,2	19,2	29,6	76,0
El Salvador	0,2	-0,1	0,6	0,7
Guatemala	12,0	-2,0	71,8	81,8
Haiti	4,7	21,1	2,1	27,9
Honduras	24,9	41,4	-12,0	54,3
México	176,9	439,4	423,5	1.039,8
Nicarágua	5,5	9,0	10,3	24,8
Panamá	29,2	27,4	78,9	135,5
Paraguai	9,2	2,2	10,4	21,8
Peru	23,0	170,2	179,2	372,4
República Dominicana	4,4	9,1	20,3	33,8
Uruguai	68,0	40,0	20,0	128,0
Venezuela	1.026,4	366,7	1.550,8	2.943,9
Cuba	9,4	89,0	263,0	361,4
Total	1.688,3	1.715,5	4.529,4	7.933,2

Fonte: Elaboração própria a partir de Naciones Unidas (1964).

Argentina, Brasil e México também se destacaram como zona de destino para as empresas multinacionais, na medida em que ofereceram um planejamento estatal capaz de ofertar infraestrutura viável e certos recursos financeiros integrados ao processo de internacionalização industrial, traduzindo-se em zonas de expansão manufatureira com elevadas taxas de retorno no longo prazo às filiais¹⁹. O Brasil, por ser o país mais populoso e ter, pela natureza do seu subdesenvolvimento, um padrão de consumo distorcido pela secular concentração de renda como nos mostrou Furtado (1974), apresentava a condição ideal para oferecer um mercado interno adaptado e potencialmente rentável às expectativas de valorização capitalista.

Dentre os mercados latino-americanos liderados pelo Brasil, os setores em que os IDEs se fixaram foram os de transporte, química, equipamentos elétricos e mecânicos, cuja oferta de produtos de alto valor agregado destinava-se justamente a uma reduzida e enriquecida faixa da população. Esse ponto é importante para mostrar que não era o capital internacional que se ajustava às condições de planejamento estatal oferecidas para atraí-los e com isso utilizá-los instrumentalmente para transformar seus capitalismo em autônomos como os capitais ingleses proporcionaram a certas economias nacionais na gestação do imperialismo no século XIX. O que ocorreu foi justamente o contrário. Como bem analisou Prado Jr. (1957), a realidade periférica e de origem colonial colocava as economias latino-americanas no início da segunda metade do século XX à mercê do cálculo oportunista das forças imperialistas maduras, em que o capital internacional instrumentalizava o desenvolvimentismo a favor da sua valorização em escala mundial. Tratou-se de um entrave à superação do subdesenvolvimento, e não um elemento de avanço como apregoaram aqueles que viam no Plano de Metas de JK no Brasil, por exemplo, a possibilidade de se construir caminhos de emancipação material por meio da intervenção estatal. A dependência externa nos termos desse estágio do imperialismo acometeu a própria essência do planejamento, visto que ao submeter os setores mais dinâmicos da indústria pesada ao cálculo dos oligopólios internacionais, as economias periféricas atrelaram seus mercados internos a apostas especulativas dos investimentos estrangeiros, as colocando cada vez mais reféns de uma “incerteza estrutural” que neutralizava o alcance da política econômica²⁰.

¹⁹ A descrição dos investimentos dos oligopólios internacionais nos circuitos industriais latino-americanos encontra-se em Shapiro (1994). O desdobramento desse processo e a relação com Estado brasileiro pode ser conferidos em Campos (2009; 2015).

²⁰ A interpretação dessa questão na obra caiopradiana foi feita por Sampaio Jr. (1999).

Para Prado Jr. (1957; 1966; 1970) a incerteza estrutural que aprisionava as economias latino-americanas ao seu velho destino histórico tinha na categoria capital internacional a melhor explicação, permitindo, aliás, qualificar o tipo de articulação que se estabelece entre os espaços econômicos nacionais e as condições para a entrada, permanência e saída. As dimensões potenciais do mercado interno, além de sua proteção à concorrência externa e de sua infra-estrutura prévia resultante da industrialização pesada eram os determinantes que permitiam ao IDE definir um tipo denexo com o espaço econômico nacional periférico. A base de geração de lucros das empresas multinacionais se circunscrevia ao desenvolvimento dessas forças produtivas delimitadas por uma escala nacional. Nesse sentido, tal tipo de internacionalização resultou em uma interação entre o ritmo de acumulação das filiais e o crescimento do produto nacional. Logo, a geração de lucros das empresas multinacionais estaria atrelada a um certo nível de desenvolvimento das forças produtivas na economia hospedeira, cuja dinâmica determinada pelo capital internacional faria acelerar o desenvolvimento do mercado interno via industrialização pesada.

A condição de permanência do capital internacional seria dada pela capacidade de o mercado interno remunerar os lucros das empresas multinacionais conforme o custo-benefício de mover IDE para zonas periféricas. No entanto, a viabilidade para realizar, no centro capitalista, esse valor gerado no espaço periférico poderia apresentar incertezas diante dos recorrentes estrangulamentos externos dos países subdesenvolvidos. Não seria por outro motivo que as condições para as remessas (saída de capitais) das empresas multinacionais necessariamente tinham que ser sustentadas pelo país de destino via exportações ou empréstimos externos, gerando divisas conversíveis. Diante das dificuldades nas condições para realizar externamente os lucros das empresas multinacionais por via de remessas, os bruscos movimentos de entrada ou queda de investimentos internacionais subordinariam a política econômica dos países latino-americanos, configurando um quadro crônico de instabilidade. Por isso, também, as filiais não estabeleceriam laços mais fortes com essas zonas periféricas de extração de valor, tampouco constituiriam plataformas produtivas que participassem do núcleo orgânico da corporação responsável por sua estratégia global de acumulação²¹.

Como o próprio Prado Jr. (1966) nos ensinou, capital internacional não diz respeito ao mero “capital estrangeiro” identificado apenas com a origem. Trata-se de entendê-lo nessa fase

²¹ Para entender a relação do marco regulatório do Estado brasileiro com o capital internacional nesse período ver o cap.3 de nossa tese (Campos, 2009), e, também um artigo recente de nossa autoria (Campos, 2015).

como complementar à lógica de reprodução ampliada do capital, procurando pontuar os seus vínculos precários que se estabelecem com a zona de destino. Em segundo lugar, é também capital internacional porque se associa com interesses nativos e com eles defendem uma rentabilidade esperada que remunera um arco de negócios, cuja fronteira nacional se defini apenas como conjuntura de apostas e não um espaço estruturante para construção de um desenvolvimento capitalista autodeterminado. No afã da valorização que requer um espaço periférico como parte complementar à remuneração do capital internacional, o sócio burguês latino-americano prefere abrir mão do controle da política econômica, que eventualmente confrontaria o imperialismo em seu território, do que ficar alijado das benesses oferecidas pela remuneração imediata na indústria pesada.

Florestan Fernandes (2006), ao lado de Caio Prado Jr. (1966), nos mostrou exatamente como essa dupla articulação, externa e interna, solapa as bases nacionais para o controle do mercado interno, exigindo condições macroeconômicas, institucionais e políticas adaptadas a cada rodada do padrão mundial de acumulação. A crise do mercado interno brasileiro nos anos 1960, por exemplo, mostrou concretamente tais contingências diante da oposição à mobilidade do capital definidas por certas políticas discricionárias no âmbito das “Reformas de Base” como a “Lei de Remessas de Lucro”. No Governo João Goulart (1961-64), quando forças nacional-populares exigiram maior controle social sobre o tipo de desenvolvimento capitalista em curso, as forças opostas, lideradas por empresas multinacionais, frações do Estado desenvolvimentista, militares e boa parte das burguesias nativas que usufruíram do crescimento econômico proporcionado pela internacionalização a partir de JK, utilizaram da conspiração como tática para aplicar o Golpe Militar em 1964²².

Tais forças, a serviço do imperialismo, não apenas buscavam defender a continuidade da rentabilidade oferecida pela industrialização pesada, mas impunham novas mudanças estruturais, que à custa do aprofundamento da dependência externa e do subdesenvolvimento, garantiriam uma nova conexão com o padrão mundial de acumulação capitalista por meio do endividamento externo. Ao mesmo tempo, esse vínculo reformado daria um renovado fôlego à industrialização pesada no que viria ser entre 1968 e 1973 o “Milagre Econômico”, em decorrência das altíssimas taxas de crescimento econômico. A ditadura militar cumpriria desse modo a missão definida anteriormente, ou seja, garantir uma maior subordinação à mobilidade

²² Sobre a preparação dos Golpes de Estado no Brasil e sua relação com as classes dominantes desde Vargas ver Campos (2014), Dreifuss (1981; 1986); Lima Filho (2007); e, Toledo (1991).

do capital internacional e seus sócios locais, e junto com ela a rentabilidade dos negócios de toda a “rede imperialista”.

4. Considerações Finais

O que podemos concluir desse artigo é que o fenômeno da internacionalização dos mercados latino-americanos nessa fase do pós-guerra revela especificidades que permitem delimitar com precisão o estágio imperialista. Este ganho, além de proporcionar a melhor compreensão da própria exportação de capital que tem no IDE sua forma estratégica, também mostra como a descentralização produtiva, da mesma forma que atualizou os capitalismos periféricos, lhes impôs uma metamorfose na estrutura social, sacramentando a condição de dependência e de subdesenvolvimento.

Analisar o período de implantação da indústria pesada na América Latina, e, em especial o Brasil no pós-Segunda Guerra, significa igualmente marcar uma posição no debate atual que busca comemorar o período dito desenvolvimentista como aquele cujos países avançaram em termos da implantação da cadeia produtiva, sendo acometidos apenas após a crise da dívida externa e do neoliberalismo. Na verdade, sem desmerecer os determinantes específicos da fase atual de mundialização financeira que impactaram no rumo dos países latino-americanos, o tipo de industrialização vivido a partir dos anos 1950, lhes retirou da mão a capacidade de controlar o destino de emancipação material e social, revelada pela submissão à mobilidade do capital internacional. Se os limites do capitalismo latino-americano em reduzir as debilidades estruturais da sua herança colonial já se fizeram presentes neste estágio imperialista que nosso trabalho buscou minimamente investigar, no momento atual, se coloca como um determinante.

Referências

ALTVATER, E. O Capitalismo se organiza: o debate marxista desde a guerra mundial até a crise de 1929 In: HOBBSAWM, E. (Org.) **História do marxismo**. O marxismo na época da Terceira Internacional: o novo capitalismo, o imperialismo, o terceiro mundo. Rio de Janeiro: Paz e Terra, v.8, 1987.

AMARAL, M. S. **Teorias do imperialismo e da dependência**: a atualização necessária ante a financeirização do capitalismo. 2012. Tese (Doutorado em Economia) – Programa de Pós Graduação em Economia da Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da Universidade de São Paulo.

AREND, M. **50 Anos de industrialização do Brasil (1955-2005)**: uma análise evolucionária. 2009. Tese (Doutorado em economia) – Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

- BANDEIRA, M. **Presença dos Estados Unidos no Brasil (dois séculos de história)**. 2.ed. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1978.
- BARAN, P. A. **A Economia política do desenvolvimento**. São Paulo: Abril Cultural, 1984.
- BARAN, P. A.; SWEEZY, P. M. **Capitalismo Monopolista**. 2. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1974.
- BENAYON, A. **Globalização versus desenvolvimento**. São Paulo: Escrituras, 2005.
- BLOCK, F. **Las Orígenes del desorden económico internacional**. México, Fondo de Cultura, 1987.
- BRENNER, R. **O Boom e a bolha: os Estados Unidos na economia mundial**. Rio de Janeiro, Record, 2003.
- BROWN, M. B. **Economia política do imperialismo**. Lisboa, Editora Ulisseia, 1974.
- BUKHARIN, N. **A Economia mundial e o imperialismo**. São Paulo, Abril Cultural, 1988.
- CAMPOS, F. A. **A Arte da conquista: o capital internacional no desenvolvimento capitalista brasileiro (1951-1992)**. 2009. Tese (Doutorado em desenvolvimento econômico) – Instituto de Economia da Universidade Estadual de Campinas.
- CAMPOS, F. A. Complexo multinacional e a “Lei de Remessas de Lucro” (1956-1973). **Texto para discussão nº245**, Instituto de Economia – Unicamp, 2014.
- CAMPOS, F. A. Multinational firms and the regulatory framework in Brazil (1951-1967), **Apuntes**, v. 42, p. 137-172, 2015.
- CAMPOS, F. A. Imperialismo e colapso da formação econômica brasileira In: MAZIN, A. D.; NOVAES, H.; PIRES, J. H.; LOPES, J. A. (Orgs.). **Questão agrária, cooperação e agroecologia**. São Paulo: Outras Expressões, v.2, 2016.
- CAMPOS, F. A.; SAES, A. M. Origem e ascensão do debate sobre o capital internacional na formação econômica brasileira (1889-1964), **Estudos de Sociologia**, n.20, 1º semestre de 2006, pp.169-194.
- CAMPOS, F. A.; SABADINI, M. S. Hilferding e o nexu imperialista entre capital financeiro e exportação de capital. **Texto para discussão nº243**, Instituto de Economia – Unicamp, 2014.
- CARDOSO, F. H.; FALETTO, E. **Dependência e desenvolvimento na América Latina: ensaios de interpretação sociológica**. Rio de Janeiro, Zahar, 1970.
- CORRÊA, H. F. S. **Teorias do imperialismo no século XXI: (In) Adequações do debate no marxismo**. Tese (Doutorado em Economia) – Programa de Pós Graduação em Ciências Econômicas do Centro de Estudos Sociais Aplicados da Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade Federal Fluminense.

COUTINHO, L. G. **The Internationalization of oligopoly capital**. Thesis of Doctored. Cornell University, Ithaca, 1975.

COUTINHO, L. G. Mudanças recentes na divisão internacional do trabalho. **Contexto**, n.2, mar., 1977.

DREIFUSS, R. A. **1964: A Conquista do Estado** – ação política, poder e golpe de classe. Petrópolis, Vozes, 1981.

DREIFUSS, R. A. **A Internacional capitalista: estratégia e táticas do empresariado transnacional (1918-1986)**. Rio de Janeiro, Editora Espaço e Tempo, 1986.

FAJNZYLBER, F. **Estratégia industrial em empresas internacionais: posição relativa da América Latina e do Brasil**. Rio de Janeiro, IPEA - INPES, 1971.

FAJNZYLBER, F. **Industrialización e internacionalización em la América Latina**. Ciudad del Mexico: Fondo de Cultura Económica, 2v., 1980.

FERNANDES, F. **A Revolução burguesa no Brasil: ensaio de interpretação sociológica**. 5.ed. São Paulo, Global, 2006.

FONTES, V. **O Brasil e o capital imperialismo: teoria e história**. 2. Ed. Rio de Janeiro, EPSJV/Editora UFRJ, 2010.

FRANK, A. G. **Capitalismo y subdesarrollo em America Latina**. Bueno Aires, Ediciones Signos, 1970.

FRANK, A. G. **Acumulação dependente e subdesenvolvimento**. São Paulo, Brasiliense, 1980.

FURTADO, C. **O Mito do desenvolvimento econômico**. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1974.

GILPIN, R. **U.S. Power and the multinational corporation: the political economy of foreign direct investment**. New York, Basic Books, 1975.

GRAMSCI, A. **Americanismo e fordismo**. São Paulo: Hidra, 2007.

HILFERDING, R. **O Capital financeiro**. São Paulo, Abril Cultural, 1983.

HOBSBAWM, E. **A Era dos impérios: 1875-1914**. 7. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

HOBSBAWM, E. **Era dos extremos: o breve século XX – 1914-1991**. 2. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

HOBSON, J. A. **Imperialism, a study**. London: Georg & Unwin, 1968.

HYMER, S. **Empresas multinacionais: a internacionalização do capital**. Rio de Janeiro: Graal, 1983.

HYMER, S.; ROWTHORN, R. Corporaciones multinacionales y oligopólio internacional: el desafío no americano. In: TESTA, V. **Empresas multinacionales e imperialismo**. Buenos Aires, Siglo XXI, 1973.

KAUTSKY, K. O Imperialismo e a guerra. **História & Luta de Classes**, n.6, Novembro 2008, pp.73-77.

LAUTERT, V. **A Opção pelo crescimento acelerado: uma interpretação da internacionalização da indústria brasileira nos anos 1950**. 2012. Tese (Doutorado em economia) – Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

LENIN, V. I. **O Imperialismo**: fase superior do capitalismo. São Paulo: Global, 1979.

LENIN, V. I. **Obras completas**: cuadernos sobre el imperialismo. Moscú, Editorial Progreso, tomo 28, 1986.

LIMA FILHO, P. A. Nuvens negras sobre a república: o paraíso em trevas. Desafios à emancipação no Brasil. **Observatorio de la Economía Latinoamericana**, v.2, 2007, pp.1-20.

LUXEMBURG, R. **A Acumulação do Capital**: contribuição ao estudo econômico do imperialismo. São Paulo, Abril Cultural, 1985.

MAGDOFF, H. **A Era do imperialismo**: a economia norte-americana. Lisboa: Portucalense, 1972.

MANDEL, E. E. **O Capitalismo tardio**. São Paulo: Nova Cultural, 1985.

MARINI, R. M. Dialética da dependência. In: STEDILE, J. P.; TRASPADINI, R. **Ruy Mauro Marini**: vida e obra. São Paulo: Expressão Popular, 2005, pp.137-180.

MARIUTTI, E. B. Interpretações clássicas do imperialismo. **Texto para discussão nº216**, Instituto de Economia – Unicamp, 2013.

MARTINS, L. **Nação e corporação multinacional** (a política das empresas no Brasil e na América Latina), Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1975.

MARX, K. **As Crises econômicas do capitalismo**. São Paulo, Ched Editora, 1982.

MARX, K. **O Capital**: crítica da economia política. São Paulo, Nova Cultural (Os Economistas), 3 tomos, 1984.

MELLO, J. M. C. **O Capitalismo tardio**: contribuição à revisão crítica da formação e do desenvolvimento da economia brasileira. 11.ed. São Paulo-SP, Editora UNESP; Campinas-SP, Editora FACAMP, 2009.

MICHALET, C. A. **O Capitalismo mundial**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.

MORAES, J. Q. Nelson Werneck Sodré: a fundamentação marxista do programa nacional-democrático In: SILVA, M. (Org.) **Nelson Werneck Sodré na historiografia brasileira**. Bauru-SP: Edusc; São Paulo-SP: FAPESP, 2001, pp.25-39.

MORAES, J. Q.; ROYO, M. D. (Org.) **História do Marxismo no Brasil**. Campinas, Editora da Unicamp, v. 4, 2000.

MORAES, O. J. **O Investimento direto estrangeiro no Brasil**. São Paulo, Aduaneiras, 2003.

NACIONES UNIDAS **El Financiamiento externo de América Latina**. Nueva York, UN, 1964.

NACIONES UNIDAS **Las Corporaciones multinacionales en el desarrollo mundial**. Nueva York, UN, 1973.

NONNENBERG, M. J. B. **Determinantes dos investimentos externos e impactos das empresas multinacionais no Brasil – 1956/2000**. 2002. Tese (Doutorado em economia) – Instituto de Economia Industrial da Universidade Federal do Rio de Janeiro.

PANITCH, L.; GINDIN, S. Capitalismo global e império norte-americano. In: PANITCH, L.; LEYS, C. **Socialist Register 2004: O novo desafio imperial**. Buenos Aires, CLACSO, 2006, pp.19-70.

PRADO Jr., C. **Esboços dos fundamentos da teoria econômica**. São Paulo, Brasiliense, 1957.

PRADO Jr., C. **A Revolução brasileira**. São Paulo, Brasiliense, 1966.

PRADO Jr., C. **História econômica do Brasil**. São Paulo, Brasiliense, 1970.

RODAN, P. R. Os Investimentos multinacionais no âmbito da integração latino-americana. In: BANCO Interamericano de desenvolvimento **As Inversões multinacionais no desenvolvimento e integração da América Latina**. Rio de Janeiro, Instituto Brasileiro de Relações Internacionais, 1969.

SAMPAIO Jr., P. S. A. **Entre a nação e a barbárie: os dilemas do capitalismo dependente em Caio Prado, Florestan Fernandes e Celso Furtado**. Petrópolis, Vozes, 1999.

SAMPAIO Jr., P. S. A. Imperialismo, reversão neocolonial e revolução na América Latina In: CASTELO, R. (Org.). **Encruzilhadas da América Latina no Século XXI**. 1ed. Rio de Janeiro, Pão e Rosas, 2009, pp.35-57.

SAMPAIO Jr., P. S. A. Por que voltar a Lênin? Imperialismo, barbárie e revolução. Apresentação In: LENIN, V. I. **O Imperialismo: etapa superior do capitalismo**. Campinas-SP, FE-Unicamp (Navegando publicações), 2011, pp.7-104.

SAMPAIO Jr., P. S. A. Sete notas sobre a revolução brasileira In: PRADO Jr., C.; FERNANDES, F. **Clássicos da revolução brasileira**. São Paulo, Expressão Popular, 2000.

SILVA, L. O. O Imperialismo na Época da Globalização In: BOITO Jr., A. *et al.* (Org.). **Marxismo e Ciências Humanas**. 1. ed. Campinas/São Paulo: XAMÃ/FAPESP/CEMARX, v.1, 2003.

SCHUMPETER, J. A. **Imperialismo e classes sociais**. Rio de Janeiro: Zahar, 1961.

SHAPIRO, H. **Engines of growth**: the state and transnational auto companies in Brazil, Cambridge University Press, 1994.

SODRÉ, N. W. **Capitalismo e revolução burguesa no Brasil**. 2.ed. Rio de Janeiro: Graphia Editorial, 1997.

SOURROUILLE, J. V. *et al* **Inversiones extranjeras en América Latina**: política económica, decisiones de inversión y comportamiento económico de las filiales. Bueno Aires, ITAL/BID, 1984.

SWEEZY, P. M. **Teoria do desenvolvimento capitalista: princípios de economia política marxista**. São Paulo: Abril Cultural, 1983.

TAVARES, M. C.; SERRA, J. Além da estagnação In: TAVARES, M. C. **Da substituição de importações ao capitalismo financeiro**. Rio de Janeiro, Zahar, 1972, pp.153-207.

TOLEDO, C. N. **O Governo Goulart e o Golpe de 64**. 11 ed. São Paulo, Brasiliense, 1991.

Recebido em 15.05.14

Aprovado em 02.10.15